



COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO (CSPCCO)

PROJETO DE LEI Nº 5.964, DE 2013.

(Apensados os PL 6198/2013, 6277/2013, 6307/2013, 6347/2013, 6461/2013, 6532/2013, 6614/2013, 7101/2014, 7121/2014, 7134/2014, 7157/2014, 7158/2014, 7188/2014, 8251/2014 e 876/2015)

Proíbe a utilização de objeto ou substância que dificulte a identificação do usuário em local público.

Autor: Dep. ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA

Relator: Dep. EFRAIM FILHO

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Após a apresentação do parecer deste Relator, algumas sugestões foram oferecidas pelos nobres pares membros desta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, com vistas ao aperfeiçoamento do voto por mim apresentado.

Feita a análise das propostas de alteração, fui convencido da conveniência de realizar alguns ajustes, sem que isso, todavia, prejudique o objetivo da proposição principal e do Substitutivo inicialmente oferecido, que não é outro senão priorizar as garantias constitucionais para a livre manifestação do pensamento.



Nesse sentido, reconheço que o objeto do **PL 6307/2013** se adequa à finalidade do PL nº 5964/2013 e do Substitutivo que propomos, pois cria nova forma qualificada para o tipo penal de dano, tornando mais rígida a pena para quem praticar o crime sob a influência de multidão em tumulto provocado deliberadamente. Contudo, julgamos que não são necessárias alterações no Substitutivo, pois as inovações jurídicas já apresentadas são suficientes para atenuar a ocorrência de atos de vandalismo contra o patrimônio público e privado.

Pelo exposto, votamos pela **APROVAÇÃO** do **Projeto de Lei n. 5.964/2013** e seus apensados, **PL 6198/2013, 6277/2013, 6307/2013, 6347/2013, 7134/2014, 7157/2014, 7158/2014, 8251/2014 e 876/2015**, na forma do **SUBSTITUTIVO** que ora ofertamos, e pela **REJEIÇÃO** dos **PL 6461/2013, 6532/2013, 6614/2013, 7101/2014, 7121/2014, e 7188/2014**, apensados.

Sala da Comissão, de de 2015.

Deputado EFRAIM FILHO

Relator



COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE E AO CRIME ORGANIZADO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N. 5.964, DE 2013

(Apensados os PL 6198/2013, 6277/2013, 6307/2013, 6347/2013, 6461/2013, 6532/2013, 6614/2013, 7101/2014, 7121/2014, 7134/2014, 7157/2014, 7158/2014, 7188/2014, 8251/2014 e 876/2015)

Regulamenta o direito de livre manifestação do pensamento, disciplina o dever de comunicação das manifestações e atos públicos, a abordagem da autoridade pública ao manifestante com o uso razoável da força, regula a utilização de objeto ou substância que, por dissimulação, dificulte a identificação do usuário em local público, disciplinando o uso desses meios e altera o art. 163 do Código Penal para incluir circunstância qualificadora do crime de dano.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o direito de livre manifestação do pensamento, disciplina o dever de comunicação das manifestações e atos públicos, a abordagem da autoridade pública ao manifestante com o uso razoável da força, regula a utilização de objeto ou substância que, por dissimulação, dificulte a identificação do usuário em local público, disciplinando o uso desses meios e altera o art. 163 do Código Penal para incluir circunstância qualificadora do crime de dano.

Art. 2º É assegurada a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato, e a liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, assim como a reunião pacífica, sem



armas, em locais abertos ao público, nos termos dos incisos IV, IX e XVI do art. 5º da Constituição.

Parágrafo único. O disposto no *caput* preserva festejos de caráter cívico, cultural, popular, folclórico ou religioso, dentre outros, nos quais a alteração da indumentária seja tradicionalmente adotada pelos participantes.

Art. 3º A garantia da liberdade de expressão pressupõe a responsabilidade dos organizadores e participantes de qualquer evento público de manifestação em relação à preservação da ordem pública e da mobilidade urbana para todos, além da proteção aos manifestantes e demais cidadãos, ficando sujeita às seguintes condições:

I – não frustrar outra reunião convocada para o mesmo local, na mesma data e horário; e

II – ser precedida de aviso à autoridade competente, com antecedência mínima de vinte e quatro horas, no qual se informe o local preciso ou as vias a serem utilizadas, assim como o sentido de eventual deslocamento e o público estimado.

Art. 4º É vedada a utilização de objeto ou substância que dificulte ou impeça a identificação do usuário em local público por quem:

I – for suspeito de estar dissimulando sua verdadeira identidade a fim de fugir a responsabilização de natureza criminal;

II – estiver cometendo ou incitando o cometimento de ato de incivilidade ou que configure infração penal, com prejuízo para terceiro ou para o patrimônio público; ou

III – estiver conduzindo arma, objeto ou substância cujo porte por si configure infração penal ou pressuponha a intenção de seu cometimento.

Art. 5º Qualquer pessoa que se encontre em situação mencionada nos incisos do art. 4º poderá ser abordada, conforme modelo de uso progressivo da força, por agente da autoridade pública, para fins de uma ou mais das seguintes medidas:



I – busca pessoal, visando à sua identificação inequívoca e retirada da descaracterização, se necessária, sob pena de incorrer no crime de desobediência;

II – desapossamento do objeto ou substância dissimulador ou de posse ilícita ou indevida;

III – contenção da pessoa, se houver resistência ou tentativa de agressão contra o agente da força pública ou terceiro; ou

IV – prisão em cumprimento de mandado ou em flagrante, na hipótese de cometimento de infração penal, ou sua tentativa, sem prejuízo da incidência de agravante por dissimulação.

§ 1º Os princípios da necessidade, da proporcionalidade e da razoabilidade devem nortear a abordagem fundada nas hipóteses previstas nesta Lei, segundo as regras de compromisso de uso progressivo da força.

§ 2º Durante as ações de acompanhamento, proteção e controle de evento ou manifestação pública, cada integrante de força pública deverá estar identificado pelo nome, de forma visível, sob pena de responsabilidade disciplinar.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se sem prejuízo das sanções prevista no art. 40-A da Lei nº 3.688 de 3 de outubro de 1941.

Art. 6º Ficam alterados o *caput* e os incisos II e III do parágrafo único do art. 163 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, que passa a vigorar acrescido dos incisos V e VI, com a seguinte redação:

“Art. 163. Destruir, inutilizar, deteriorar ou fazer desaparecer coisa alheia:

Parágrafo único.

II – com emprego de fogo, substância inflamável ou explosiva, ou outro meio de que podia resultar perigo comum, se o fato não constitui crime mais grave;

III – contra o patrimônio da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município;



.....
V – durante evento ou manifestação pública;

VI – mediante dissimulação ou qualquer outro recurso que dificulte a identificação do agente. (NR)”

Art. 7º O art. 132 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º, ficando o atual parágrafo único renumerado como § 2º:

“Art. 132.....

§ 1º Também incorre neste crime quem, em manifestações e protestos públicos ou eventos assemelhados, transportar, trazer consigo, ou fizer uso de foguetes cujas bombas contenham mais de 6 (seis) gramas de pólvora ou morteiros, tubos e outros fogos que de artifício que realizem a ejeção de algum projétil ou carga explosiva secundária, se o fato não constitui crime mais grave.

.....” (NR).

Art. 8º A Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 – Lei de Contravenções Penais, passa a vigorar acrescida do art. 40-A:

“Art. 40-A É proibida a utilização de máscaras ou qualquer outra forma de ocultação do rosto que dificulte a identificação do manifestante durante manifestações populares de caráter reivindicatório.

Pena – detenção de um a seis meses, ou multa.

.....” (NR).

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado EFRAIM FILHO

Relator